

A quilombagem e a práxis negra: a relação entre as categorias de Clóvis Moura e a revolta da balaiada (1838-1841)

Ilson de Souza Peres*

Resumo:

O presente trabalho aborda a escravização negra no Brasil durante o período que pode ser denominado como a era das revoltas no Brasil, para ser mais específico, o regencial, compreendido entre 1831 a 1840. Neste sentido, objetiva-se neste trabalho, analisar a relação entre as categorias mouriana práxis negra e quilombagem e a Revolta da Balaiada, ocorrida na província do Maranhão, em 1938-1841, considerada a maior revolta oitocentista. Aborda-se o tema a partir de uma perspectiva que critica a historiografia oficial que objetificou os/as negros/as e de igual modo, também critica o método histórico cultural que interpretou a escravidão como um componente suplementar à realidade, e assim mistificou-se a resistência negra ao escravismo, bem como sua contribuição para o desgaste desse sistema, social e economicamente.

Palavras-chave: escravização; balaiada; quilombagem; práxis negra.

The quilombagem and the Black praxis: the relationship between Clóvis Moura's categories and the balaiada revolt (1838-1841)

Abstract:

That article approaches slavery in Brazil during the period of revolts, specifically, the regency, between 1831 at 1840. In this sense, the objective of this article is to analyze the relationship between the Mourian categories of black praxis and quilombagem and the Balaiada Revolt, which took place in the province of Maranhão, in 1938-1841, considered the greatest revolt of the 19th century. The topic is approached from a perspective that

* Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, Brasil. End. eletrônico: peresilson@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1462-9685>

criticizes the official historiography that objectified black people and, equally, it also criticizes the cultural historical method that interpreted slavery as a supplementary component to reality, and thus mystified itself black resistance to slavery, as well as its contribution to the erosion of that system, socially and economically.

Keywords: slavery; *balaia*; quilombagem; black praxis.

Introdução

O início do período Regencial é marcado pela ascensão dos liberais no poder e na promoção de uma série de reformas como a criação da Guarda Nacional (1831), o Código do Processo Criminal (1832) e o Ato Adicional (1834), conferindo às províncias maior autonomia. A partir do rompimento com o modelo unitário de D. Pedro I, ocasionando uma descentralização de poder, inicia-se uma série de disputas pelo exercício desse poder nas províncias e as tensões entre as elites e o Imperador se intensificam. Além disso, na manutenção do poder, os liberais tornam-se reacionários (LOPES, 2013).

O período Regencial é uma resposta à reação portuguesa que marcou o Primeiro Reinado (1822-1831). As reformas liberais, especificamente o poder conferido às Assembleias nas províncias servia a grupos pouco preocupados com o interesse geral daquela população local. Além disso, há uma disputa entre o projeto liberal e os projetos de retorno à política centralizadora, ou seja, enquanto entre os liberais prevaleciam os interesses políticos locais, os conservadores se baseavam na defesa da centralização política. O Partido Português, ligado à metrópole e apoiado pela corte portuguesa busca um retorno colonial, o contrário do Partido brasileiro, composto por proprietários rurais e aliados apoiados pelas forças populares (Pinheiro, 2011).

Em 1837, com a renúncia do regente liberal Diogo Antônio Feijó e assumindo em seu lugar o conservador Araújo Lima, inicia-se o período conhecido como o Regresso, no qual o projeto de controle das instâncias locais de poder se fortalece através de reformas no código de processo Criminal (1841) e da lei de interpretação do Ato Adicional (1840), promovendo a centralização do aparato judiciário. Diante desse tenso quadro regencial várias respostas, estratégias de luta e projetos surgiram (Lopes, 2013).

Conforme Lopes (2013), o arranjo político-institucional regencial encontra ecos em várias províncias ocasionando a polarização de diferentes forças políticas, basicamente entre os rebeldes dispostos a romper com a ordem estabelecida e os legalistas defensores da continuidade da mesma.

As insurreições do período regencial possuem quase sempre a mesma origem, classes médias urbanas convocando as classes subalternas, mais especificamente, os escravizados contra as políticas oligárquicas e aristocráticas dos grandes proprietários rurais, fazendeiros, senhores de engenhos que defendiam o retorno

colonial, porém nem sempre os anseios dessa classe média representavam as classes subalternas, muito menos a população escravizada. (Kraay, 2011).

As revoltas regenciais são mais que simples conflitos políticos entre as elites regionais e a capital imperial, Rio de Janeiro, ou conflitos interclasses entre as próprias elites locais (Assunção, 2011). Em todas essas revoltas, há o aspecto social que enfatiza a participação das classes subalternas, como os negros e negras livres e escravizados/as e povos originários.

Pretende-se responder se na revolta da Balaiada ocorrera, de fato, um espaço ou um momento propício para a prática da resistência dos/as negros/as escravizados/as. Para tal, este trabalho tratará a categoria “negro” de uma maneira diferente de como era tratada no período regencial, pois no período estudado havia termos variáveis para classificações, desse modo, para efeito conceitual tratar-se-à como negro/a os/as não-brancos/as, africanos/as ou de ascendência africana que recebiam diversas nomenclaturas no período.

A quilombagem e a práxis negra

No quadro histórico colonial e imperial, os/as negros/as escravizados/as não foram apenas observadores da história, mas sujeitos políticos, componentes ativos de uma dinâmica histórica e social de uma estrutura repleta de contradições. Isto fez com que o/a africano/a, ao negar-se como escravizado/a, criasse um movimento de negação do próprio sistema escravista.

Olhar a história pelo prisma da resistência negra é colocar o/a negro/a como sujeito político na história da formação social brasileira, constituindo uma práxis que tem origem nos períodos da colônia e do império, e desdobramentos no pós-abolição e república.

A tradução do marxismo a partir da perspectiva do negro, no pensamento mouriano, tem como categoria-chave a noção de práxis. É a práxis – considerada como ação de rebeldia e resistência violenta ao escravismo – que confere ao negro um caráter e, por sua vez, torna-o sujeito. (Oliveira, 2009, p. 50).

Para Silva (2017), em sua análise da extensa obra de Clóvis Moura, a práxis negra, constitui-se como uma categoria capaz de abranger as particularidades da formação sócio-histórica brasileira, é uma decorrência de mediações realizadas pelo autor, a partir das categorias marxianas de totalidade, modo de produção, dialética, alienação, contradição e práxis. Assim é forjada uma sociologia da práxis negra como uma tentativa de interpretar o marxismo a partir do negro, reconstruindo-o emblematicamente como um sujeito político.

[...] práxis negra como categoria que é simultaneamente a explicação científica de um acontecimento, de uma realidade e o resgatar dos nexos que constituem esta realidade e consideramos que investigar e analisar os efeitos das resistências negras na organização social do Brasil é também resgatar a nossa verve resistente como elemento identitário, mas principalmente como catalisador de transformações democráticas e significativas na realidade (Silva, 2017, p. 29).

Para Oliveira (2009), são as resistências negras que estruturam a dinâmica entre relações sociais e classes sociais no Brasil e uma das formas dessa resistência foi a quilombagem¹, movimento no qual o quilombo era a unidade básica da resistência negra, não de maneira isolada, mas articulada com outras formas de resistência, como insurreições urbanas e guerrilhas. Dessa forma, a quilombagem é definida por Moura:

Um movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influenciou poderosamente para que este tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre (Moura, 1989, p. 22).

Na descrição das lutas travadas pelos/as escravizados/as contra os senhores, destaca-se o fato de que essas lutas não eram isoladas, mas uma força social que atuava de forma transformadora no próprio centro do sistema, e isso é explicitado nos quilombos que se espalham por todo o território como bases de defesa, mas também de ataque, e que, ao invés de ser um reduto fechado para os/as fugitivos/as escravizados/as, era um espaço aberto a todos/as os/as excluídos/as da sociedade escravista: fugitivos do serviço militar, povos originários, criminosos etc. mantendo assim uma interação entre oprimidos/as baseada em trocas como os/as escravizados/as de engenhos, comerciantes, contrabandistas de diamantes, vizinhos colonos (Moura, 1981).

A economia desses quilombos era baseada na agricultura, na policultura que refletia uma organização econômica oposta ao sistema de latifúndio sesmarial, baseada na solidariedade e divisão do trabalho. Os quilombos eram de fato um

¹ A categoria *quilombagem* para Clóvis Moura, “é um movimento político-social, dirigido pelos próprios negros contra a sociedade escravista por representarem uma de suas classes fundamentais”. Por outro lado, para Abdias Nascimento, “o quilombismo é uma doutrina política dos afro-brasileiros, uma das principais matrizes ideológicas que permeavam o movimento negro nos anos 1980, aliando radicalismo cultural a radicalismo político”. (OLIVEIRA, 2009, p. 126).

espaço de resistência e expressaram uma coletividade organizada econômica, política e militar.

Além das organizações dos quilombos, havia também uma interação entre esses quilombos e as insurreições urbanas, formando assim um grande movimento composto por escravizados dos engenhos, quilombolas e os escravizados urbanos. A insurreição de Salvador, em 1835, chamada de “a grande insurreição” é um exemplo de planejamento e organização consciente, incluindo um planejamento financeiro, pois para além de um plano militar havia um fundo para as despesas do movimento.

Os quilombos são durante todo o período escravista a unidade básica de resistência dos ex-escravizados e o principal elemento de desgaste do regime servil. Segundo Gomes (2011), os primeiros registros de escravizados/as fugidos/as na documentação colonial datam de 1575, mesmo período de Palmares, a mais importante comunidade de fugitivos/as das Américas.

No Brasil colonial, Palmares foi a maior comunidade de fugitivos, localizada no centro colonial do açúcar, entre alagoas e Pernambuco, mais especificamente, a 120 quilômetros do litoral pernambucano, nas serras, tendo o Outeiro da Barriga como principal referência. Palmares foi uma comunidade diferenciada, pelo longo período de resistência, praticamente 100 anos e pelo seu grande número de habitantes, que segundo Gomes (2011) correspondiam a cerca de 6 a 8 mil habitantes. Tornou-se sem dúvida alguma o símbolo da resistência colonial contra a escravidão.

Segundo Moura (1981), Palmares não era um quilombo isolado, articulava-se com outros grupos oprimidos pela estrutura escravista: fugitivos do serviço militar, criminosos, povos originários, bandoleiros, guerrilheiros, pequenos agricultores, comerciantes e demais segmentos subalternizados na sociedade colonial e no império². Além disso, havia uma estreita relação entre os quilombolas e os escravizados de engenho, ou seja, uma articulação entre o quilombo e a senzala.

Palmares constituía uma confederação de quilombos, sua economia era baseada na agricultura policultora para troca e subsistência calcada na solidariedade e cooperação, totalmente oposta à monocultura da agroexportação do grande latifúndio baseado no trabalho escravizado. A produção dos palmarinos a partir de um regime comunitário evidenciava que sua postura na produção colonial dava-se por sua condição enquanto escravizado, e não por ser negro. Além de uma organização na produção, havia também uma organização militar para defesa (Moura, 1981).

² Os quilombos variavam de tamanho, estrutura interna, forma e origem, mas mantinham semelhanças quanto a relação com grupos externos oprimidos com o latifúndio escravista, com a finalidade da continuidade das lutas. Assim, os quilombos das Minas Gerais mantinham relações com faiscadores e contrabandistas de diamantes com a finalidade comercial (MOURA, 1981).

Em *Rebeliões da Senzala* o período de domínio holandês³ é abordado tendo como mote o comportamento do/a negro/a escravizado/a durante o conflito. Moura elenca três formas típicas de atuação dos escravizados durante a ocupação:

A primeira delas foi a dos cativos que – aproveitando-se da situação criada com as lutas entre luso-brasileiros e batavos – fugiram para as matas e se estabeleceram em quilombos, dos quais o mais importante e famoso foi Palmares. A segunda foi a dos que, ou por imposição dos próprios senhores ou por livre vontade, se incorporaram às tropas restauradoras que combatiam o invasor. Finalmente, a terceira foi a dos escravos que ficaram ao lado dos holandeses, contra os brasileiros e os portugueses. Da primeira foram de comportamento o mais destacado líder foi incontestavelmente Zumbi; da segunda, Henrique Dias poderá ser apontado como o elemento mais representativo; a última terá seu elemento representativo em Calabar” (Moura, 2014a, p. 275, 276).

Para Silva (2017) o Quilombo de Palmares fora mistificado pela metodologia de análise histórico cultural, reduzindo a situação concreta vivenciada pelos/as africanos/as escravizados/as à uma mera regressão tribal. Pois, ainda que a estrutura familiar, militar e política de Palmares recriassem estruturas sociais africanas constituía-se a partir de necessidades e demandas, e caracterizava-se como estratégias de sobrevivência e resistência diante de um sistema cruel.

A quilombagem perdurou durante todo o tempo em que existiu a escravidão no Brasil e foi um elemento de desgaste permanente do sistema escravista. [...], grandes ou pequenos espalharam-se em todo território brasileiro, preocupando as autoridades e exigindo delas, dos senhores de escravos, da Câmara e do aparelho de Estado no seu conjunto, o ônus permanente com despesas para combatê-los. [...]. A quilombagem foi, pois, um movimento social permanente que lastreou todo o período escravista no Brasil, influenciou poderosamente no esfacelamento da estrutura econômica da época e proporcionou a conservação da consciência étnica do negro até os nossos dias (Moura, 2013, p. 334).

³ As denominadas invasões holandesas (1620-1654) foram um projeto de ocupação da Região Nordeste do Brasil pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais durante o século XVII. Concentradas na região do atual nordeste brasileiro refletiram o quadro competitivo de relações internacionais entre os Estados europeus pelo controle do açúcar e das fontes de suprimento e comércio de escravizados africanos. Ocorreu em duas frentes distantes, porém interligadas: Brasil e África (Moura, 2014a).

Discutir a relação entre quilombagem e praxismo é pensar no nível de consciência dos/as escravizados/as africanos/as com relação às suas ações. Para Oliveira (2009), a consciência da ação que fundamenta a práxis negra é relativa, dá-se no micro e sem apreensão da totalidade e relacionada às ações imediatas, porém, mesmo assim, expressam uma dinâmica histórica e estrutural.

Práxis é processo histórico, coletivo, em que um acúmulo de ações contínuas e permanentes, no caso, a *quilombagem*, define a dinâmica da estrutura social e, para o qual o nível de consciência sobre a realidade, mesmo relativo, não invalida os esforços de luta contra o sistema. Significa dizer que mesmo não evoluindo para a formação de movimentos massivos ou partidos políticos – a quilombagem influenciou e se articulou a outras formas de luta de resistência e como *processo*. Clóvis Moura não se ateu ao significado particular de cada ação para os sujeitos nela implicados, mas ao significado geral destas, tomadas em sua totalidade. Isso não significa história sem sujeitos, ao contrário, o que diferencia o marxismo mouriano de seus pares é justamente a condição de sujeito histórico do escravo (Oliveira, 2009, p. 127).

As resistências negras em todas as suas vertentes não foram esporádicas, mas uma reação do/as escravizados/as à opressão da estrutura econômico-social da colônia e do império. Para além da quilombagem, das guerrilhas e das violentas insurreições urbanas, Moura também discorre sobre reivindicações e consciência dos/as escravizados/as. Na Fazenda Santana, em Ilhéus, na Bahia, no ano de 1789, um grupo de escravizados/as suspendeu a produção por quase dois anos, e propuseram um tratado de paz com proprietário da terra, o Sr. Manuel da Silva Fernandes, conforme segue:

Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu Senhor também quiser a nossa paz há-de de ser nesta conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos, a saber: Em cada semana nos há-de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós não tirando um destes dias por causa do dia santo. Para podermos viver nos há-de dar rede, tarrafa e canoas. Não nos há-de obrigar a fazer camboas, nem amariscar, e quando quiser fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas. Para o seu sustento tenha lancha de pescaria e canoas do alto e quando quiser comer mariscos mande os seus pretos Minas. Faça uma barca grande para

quando for para a Bahia nós metermos as nossas cargas para não pagarmos fretes. Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenham tarefa de duas mãos e meia e as mulheres de duas mãos. A tarefa de farinha há-de ser de cinco alqueires rasos, pondo arrancadores bastantes para estes servirem de pendurarem os tapetes. A tarefa de cana há-de ser de cinco mãos, e não de seis, e a das canas em cada feixe. No barco há-de pôr quatro varas, um para o leme, e um no leme puxa muito por nós. A madeira que se serrar com serra de mão em baixo hão de serrar três, e um em cima. A medida de lenha há-de ser como aqui se praticava, para cada medida um cortador, e uma mulher para carregadeira. Os atuais feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação. Nas moendas há-de pôr quatro madeiras e duas guindas e uma na carcanha. Em cada uma caldeira há-de haver botador de fogo, e em cada terno de taixas o mesmo, e no dia de sábado há-de haver peja no Engenho. Os marinheiros que andam de lancha além camisa de bata que se lhes dá, hão de deter Gibão de bata, e todo o vestuário necessário. O canavial de Jaribu o iremos aproveitar por esta vez, e depois há-de ficar para pasto porque não podemos andar tirando canas para entre mangues. Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou outro qualquer pau sem darmos parte para isso. A estar por todos os artigos acima, e concedermos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos para servirmos como dantes, porque não queremos seguir os maus costumes dos mais Engenhos. Podemos brincar, folgar, e cantar todos os tempos que quisermos sem que nos impeça e nem seja preciso licença. (MOURA, 1981, p.73-75).

Sobre o episódio, Clóvis Moura comenta:

O nível de consciência desses escravos é ininteligível se nos apoiarmos nos conceitos clássicos de escravismo e alienação total do *instrumentum vocale* de acordo com as teorias tradicionais... Esses cativos estavam dando um salto qualitativo no processo do conhecimento do seu nível de exploração, pois não mais se colocavam como escravos, mas como cidadãos, reivindicando direitos idênticos aos trabalhadores assalariados atuais... Esta *ponte* estabelecida na consciência destes escravos com a sua situação estrutural é uma demonstração de que, em circunstâncias especiais, os velhos conceitos consagrados sobre as limitações do escravo no processo de conhecimento, muitos

deles repetidos por simples mimetismo científico, não são suficientes para interpretar a realidade emergente. (Moura, 1981, p.76 – grifo do autor).

Esse documento ímpar da história do escravismo estabelecia as condições para o retorno dos/as escravizados/as ao trabalho, e incluía redução da jornada de trabalho, melhoria das condições de trabalho, controle das ferramentas, terra para o plantio de suas hortas, a possibilidade de venda do excedente produzido e a aprovação deles dos nomes indicados para feitores.

Esse tratado constituía-se numa tentativa de transformação do “regime econômico-social escravista”, pois através das reivindicações expostas por eles, caso fosse atendidas, descaracterizaria a escravatura. Nesse acordo estava implícito que os castigos não mais seriam necessários. Nesse documento, os escravizados reivindicavam direitos de cidadãos, não se colocando como meros/as escravizados/as.

Nessa mesma fazenda, em 1821, ou seja, 32 anos após, a ocupação se repetiu, evidenciando para Moura que além de uma resistência coletiva havia uma “consciência social que negava o estatuto escravocrata e transmitiam de geração em geração esse grau de consciência crítica” (Moura, 1981, p. 77).

Há um nível de consciência, enquanto sujeitos, em relação às ações imediatas, mesmo em nível micro e sem a apreensão da totalidade, ainda assim expressa a dinâmica histórica e estrutural. É neste sentido, que a quilombagem se conforma como práxis negra.

Em seus diversos contornos, a luta e a violência negra, direta e imediata, conformam a quilombagem como práxis negra, seu estatuto político, e influenciou o sentido das transformações históricas, desde que os acontecimentos não sejam tomados de forma *teleológica*. Em nosso ponto de vista, o pensamento mouriano se inscreve em um lugar específico dentro do marxismo: o de ver na violência negra, e não nas compensações subjetivas de uma identidade afro-centrada, a forma de integração *política* deste na sociedade ocidental. (Oliveira, 2009, p. 127 e 128, grifos do autor).

É, sobretudo, nas revoltas e insurreições que se constitui uma consciência de sua condição e a negação do sistema, conforme exemplifica Moura em relação à revolução pernambucana de 1817.

[...], duas foram as formas fundamentais de participação dos escravos na revolução de 1817: a primeira como elemento que agia por ordens do seu senhor, sem consciência, portanto, da essência, do significado de sua participação; a segunda, como elemento consciente que se rebelava contra o status em que se

encontrava e que engrossava as fileiras dos insurgentes sabendo que eles tinham como objetivo extinguir a escravidão. A primeira forma de participação mostra o escravo alienado, ainda ideologicamente estruturado nos quadros institucionais que vigoravam, isto é, participando sem se transforma em elemento de negação do sistema escravista, mas, pelo contrário, através de sua obediência às ordens senhoriais, dando (paradoxalmente) substância ao regime. A outra forma de participação leva o escravo a se negar como – ao transformar-se em quilombola – e se inserir como elemento de negação da ordem escravista. (Moura, 2014a, p. 137).

Na historiografia brasileira o movimento abolicionista, que excluiu o/a negro/a como agente histórico e não considerou sua luta como fato político, mesmo surgindo em meio ao último suspiro do escravismo, teve mais eco do que a “rebeldia negra”, que foi contínua, permanente e não esporádica. É óbvio que a resistência negra fora limitada pela estrutura que o sistema impôs, porém não se pode invisibilizar que foram resistências ativas, insurreições, guerrilhas além de outras tantas formas e níveis, como assassinatos de senhores, fugas, suicídios, abortos, banzos, mesmo sendo lutas sem a possibilidade de elaboração de um projeto de substituição da ordem vigente.

A Balaiada, Maranhão (1838-1841)

Nas últimas quatro décadas do período colonial a economia de plantation, baseada no cultivo do arroz e do algodão, muito se desenvolveu no Maranhão por escravizados africanos. No mesmo Maranhão também se desenvolveu um campesinato produzindo para o mercado interno ou para subsistência. Esse campesinato, relativamente autônomo e formado nos intervalos da economia do algodão foi composto por povos originários aldeados, escravizados/as alforriados/as, quilombolas e emigrantes do sertão cearense (Assunção, 2011). Desta forma, formou-se na província uma enorme diversidade social e de interesses econômicos. É nesta apreensão da formação de uma classe camponesa que se pode compreender o movimento da Balaiada e seus processos econômicos e políticos.

O/A negro/a escravizado/a era o mantenedor da base econômica maranhense, e essa exploração traz para a classe senhorial, relativa prosperidade econômica, principalmente através da exportação da produção do algodão baseado na força de trabalho do escravizado, cuja população total em 1819, era 200 mil habitantes, sendo 133.332 de escravizados/as⁴, equivalendo assim a 66% de toda a população maranhense. A essência colonial dessa economia trará para a maioria da

⁴Segundo Caio Prado Jr. (1979), o número de escravizados era 90.000 e uma enorme massa de trabalhadores rurais da pecuária (p. 71).

população maranhense extrema escassez de condições de vida, enquanto uma minoria desfrutará de uma considerável abundância e privilégios (Moura, 2014a).

Politicamente, após a Independência, os fazendeiros de algodão monopolizaram o poder provincial causando insatisfação aos fazendeiros de mandioca e de gado, fato que resultou em uma disputa das elites pelo poder provincial.

Durante a Regência, as províncias do Maranhão, Piauí e a do Ceará entraram para a história com uma devastadora guerra civil que ficou conhecida como a Balaiada, que recebeu esse nome devido ao apelido de uma das principais lideranças do movimento, Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, o “Balaio” (cestos, objetos que ele fazia). O movimento recebeu a caracterização de revolta, pois assim se apresentou em vários momentos, como uma insurreição pela tomada de poder. Essa revolta foi o ápice de um conjunto de lutas de quilombos maranhenses que passaram às guerrilhas aliados aos bem-te-vis, como era conhecido o partido liberal, porém com objetivos totalmente independentes dos interesses políticos do partido, pois como veremos adiante, buscava apenas a manutenção do poder provincial, chegando a trair os rebeldes.

Além da questão econômica que assolava a Província do Maranhão, em virtude também de uma concorrência com o algodão estadunidense, que fez despencar os preços, havia uma disputa política pelo poder provincial entre os conservadores, chamados de “cabanos” e o partido liberal, que no Maranhão, conforme Assunção (2011), se constituía em um liberalismo popular, que se originou da apropriação do liberalismo das elites e sua combinação com elementos da cultura regional. Houve um avanço conservador sobre os liberais que teve seu ápice, no chamado “regresso conservador”, em 1837 com a Regência do conservador Araújo Lima.

Segundo Assunção (2011, p. 308), a convicção que pairava sobre os rebeldes era de que os conservadores iriam se aproveitar da “tenra idade de D. Pedro para infringir a constituição e oprimir os pobres”. Além disso, os rebeldes cultivavam um sentimento de patriotismo que criou uma oposição entre portugueses e brasileiros, e obviamente entre brancos e não-brancos.

A Balaiada foi uma rebelião socialmente heterogênea: fazendeiros, vaqueiros, camponeses e escravizados/as a compunham e conferiam a ela um caráter eminentemente popular contra os grandes proprietários agrários da região. Além disso, seu poder era amplamente descentralizado. A revolta se caracterizava por uma luta pela liberdade e pelos direitos garantidos pela constituição, porém, algumas cartas entre os líderes sugeriam uma luta também pela igualdade, o que para Assunção (2011), essas cartas não representavam o pensamento de todos os segmentos da Balaiada, visto que eram escritas por seus líderes mais politizados e letrados, não refletindo assim o pensamento das classes subalternas que compunham o lado rebelde.

A Balaiada teve sucessivos e ininterruptos levantes, além de apresentar causas comuns com as principais revoltas do período regencial: “a luta das classes médias, especialmente urbanas, contra a política aristocrática e oligárquica das classes abastadas, grandes proprietários rurais, senhores de engenho e fazendeiros, que se implantara no país” (Prado JR., 1979, p.71).

A Revolta dos balaíos eclodiu em 1838, porém em agosto de 1839, ano em que os rebeldes já possuíam o controle de grande parte da província do Maranhão, após um período de vitórias, nas quais foram capturadas algumas vilas importantes, e mesmo sem um projeto político definido, os rebeldes tomam a Vila de Caxias, uma das mais importantes cidades do Maranhão, e estabeleceram uma Junta Provisória. Este Governo provisório rebelde decretou dentre algumas medidas, o fim da Guarda Nacional e a expulsão dos portugueses residentes na cidade.

Ainda no ano de 1839 iniciam-se as negociações tentando atrair chefes rebeldes para o lado conservador. Em 23 de julho de 1840 chegou com certo atraso ao Maranhão a notícia da aclamação da maioria de D. Pedro II, acompanhada de um apelo das autoridades imperiais para que os rebeldes depusessem suas armas. O movimento foi enfraquecido e os bem-te-vis, de fato, a ala mais conservadora e pequeno-burguesa da revolta, na busca por vantagens políticas que pudessem extrair do movimento, renunciaram à luta e passam a perseguir os quilombolas, por um acordo de anistia, que consistia na condição de combater os quilombolas.

As classes mais abastadas que compunham a Balaiada, a liderança, os donos de escravizados e terras, tinham muito a perder se permanecessem em combate e tudo a ganhar com uma reconciliação.

Para Prado Jr. (1979), mesmo antes da capitulação da liderança rebelde, a Revolta da Balaiada, provocada pelo partido dos bem-te-vis e impulsionada pelo jornal de mesmo nome, O Bem-te-vi, que sustentava as ideias do partido, tomara um novo rumo, independente do partido, transformando-se em um levante de massas sertanejas que domina a província por aproximadamente três anos. No entanto, a partir de 1840, os quilombolas seguirão em revolta, da mesma forma que já resistiam antes da Balaiada maranhense.

No Maranhão, a luta dos quilombos, mesmo sendo o quilombo um espaço aglutinador de indivíduos marginalizados na sociedade, conforme explicitado anteriormente, essa unidade de resistência saiu de vez do isolamento e aglutinou em sua luta outras camadas da população maranhense, principalmente a grande massa camponesa. As fugas dos/as escravizados/as e a formação de quilombos representavam uma ameaça à ordem escravista, pois os quilombos representavam a resistência e a negação ao sistema escravista, uma organização militar de defesa e de ataque temida pelo Estado.

A participação dos quilombolas foi decisiva desde o início da revolta. Ainda em 1839, ao estourar a Balaiada, os quilombolas aliados ao partido liberal, porém, jamais submissos, seguem independentes.

Segundo Assunção (2011), em relatos do próprio Império, os dois grupos são separados. Para Prado Jr. (1979), em uma província com quase cem mil escravizados/as, vinte mil apenas nos arredores de Caxias, que esteve em posse do grupo rebelde, os balaies não souberam ligar seu movimento ao dos/as escravizados/as, logo, a desarmonia entre eles em nada contribuiu para o fortalecimento do movimento.

Conforme Santos (1983), os líderes da revolta, inicialmente, foram contrários à participação dos escravizados, inclusive, no famoso manifesto conclamavam “cidadãos e amigos da pátria” e “fora feitores e escravos”, no entanto, com a dinâmica do movimento e o aprofundamento das diferenças sociais entre seus integrantes fez com as alas mais rebeldes vinculasse os negros. Para Santos (1983), a Balaiada ocorre separadamente da insurreição do movimento dos escravizados e se aglutinam em poucos episódios da revolta.

Os quilombolas sob a direção de Preto Cosme, junto ao grupo de Manuel Balaio, foram decisivos nas sucessivas guerrilhas até a tomada da cidade de Caxias. A primeira fase da revolta foi de muito êxito e sucessivas vitórias, no entanto, logo o movimento entrou em declínio, pois aproveitando o Coronel Luís Alves e Lima e Silva, que posteriormente se tornaria o Duque de Caxias, assume o controle da província em 1840, e aproveitando as dissensões do movimento travou uma luta incessante contra os rebeldes até a derrota final da rebelião. Ainda em 1840, o ainda não Duque de Caxias, utilizou a estratégia de isolamento dos quilombos de outras alas do movimento, e ele próprio dirigiu um ataque pessoalmente ao quilombo, evidenciando assim a importância bélica dos quilombolas na Balaiada.

Enquanto as lideranças da Balaiada iam se rendendo uma a uma, o quilombo altamente militarizado, nas cabeceiras do Rio Preto, com três mil quilombolas, sob a liderança de Preto Cosme, condenado à força por participação em inúmeras guerrilhas, mas que conseguiu fugir e se aquilombar (Moura, 1981).

Os próprios balaies brancos passam a perseguir os/as escravizados/as, e Preto Cosme e Manuel Balaio seguiram mesmo sem o poder organizativo de antes, fugindo assim, dos ex-balaies e das forças do império. Em 1841, Preto Cosme e 2.400 quilombolas são capturados, e ele foi julgado, condenado e enforcado.

Conforme Moura (1981), os quilombolas foram utilizados, no início por conta de sua potencialidade militar, jamais como elemento politicamente ativo em um nível de liderança capaz de intervir na revolta. Ao final da revolta, depois de seguidas derrotas consecutivas, os quilombolas, o núcleo duro do movimento, foram os últimos a serem vencidos, ou seja, a partir de 1840 o movimento tornou-se basicamente negro.

Para Assunção (2011), a historiografia tradicional, bem como autoridades e historiadores conservadores que escreveram os primeiros relatos da revolta negam o teor político das classes subalternas, e ainda defendiam a “mão oculta” do partido liberal dirigindo o movimento.

A narrativa historiográfica de que os escravizados se utilizaram da revolta para praticarem seus levantes desconsidera que a resistência negra antecede as revoltas do período regencial e seguiu após elas, ou seja, enquanto houve sistema escravista houve resistência negra.

Considerações finais

Na Balaiada, considerou-se que a participação dos quilombolas foi decisiva desde o início da revolta, através de sua potencialidade militar, principalmente, na tomada da Vila de Caxias. Ao final da revolta, depois de seguidas derrotas consecutivas, os quilombolas, o núcleo duro do movimento, foram os últimos a serem vencidos. De fato, a liderança da Balaiada caminha numa direção totalmente oposta a da massa empobrecida, principalmente, da população negra que buscava a liberdade. Os quilombolos seguiram em luta e criando outros quilombos na província do Maranhão.

A maior revolta popular oitocentista foi muito mais que simples conflitos entre as elites regionais e a capital imperial, muito mais que conflitos interclasses locais, é evidentes nessa revolta, elementos sociais, de classe e de raça. A derrota dessa revolta não diminuiu o significado dessas lutas, mas sim evidenciou uma história de resistência que sinaliza que lutas sociais não se perdem nem desaparecem integralmente, pois inspiram novas lutas e novas resistências.

Ratifica-se nesse trabalho a importância do estudo do século XIX para aprofundamento do debate acerca da “Questão Social” no Brasil, pois a resistência negra nos oferece elementos de enfrentamento ao racismo opondo-se a naturalização da vida social, além de romper com as clássicas historiografias, conferindo significado e importância à luta negra traduzida em revoltas, levantes, insurreições etc.

Finalmente, considera-se que é mister ressaltar a capacidade de resistir e transformar a realidade através da luta negra, principalmente através desse capítulo da ação radical negra que foi a Revolta da Balaiada.

Referências

- ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. Sustentar a constituição e a santa religião católica, amar a pátria e o Imperador?. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In: DANTAS, Mônica Duarte (Org.). *Revoltas, Motins, Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do Séc. XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Disputando a Direção: escravidão, civilização e ordem no Império do Brasil (1838-1850). In: SALLES, Ricardo (Org.). *Ensaaios gramscianos: política, escravidão e hegemonia no Brasil imperial*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- GOMES, Flávio dos Santos. *De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social*. São Paulo: Claro Enigma, 2011.
- KRAAY, Hendrik. Tão assustadora quanto inesperada: a Sabinada baiana, 1837-1838. In: *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.
- LOPES, Juliana Serzedello Crespim. *Identidades políticas e raciais na Sabinada (Bahia, 1837, 1837)*. São Paulo: Alameda, 2013
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do negro no Brasil*. São Paulo : Ed Fundação Maurício Graboís. Co-ed: Anita Garibaldi, 2014b.
- _____. *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi. Co-ed: Fund. Maurício Graboís, 2014a.
- _____. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2013
- _____. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- OLIVEIRA, Fábio. Nogueira, de. *Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Cabanagem: percursos históricos e historiográficos. In: DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.
- PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1979.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1965.

SALLES, Ricardo. Segunda Escravidão, Liberalismo de Classe e a Matriz Política Imperial 1815-1860. In: SALLES, Ricardo (Org.). *Ensaios Gramscianos: política, escravidão e hegemonia no Brasil imperial*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaçada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, Ana Paula Procópio. *O contrário de “casa Grande” não é Senzala, é Quilombo: A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.